

SOCIEDADES INSULARES E IDENTIDADE: aspetos linguísticos da “madeirensidade”¹ no Atlântico lusófono



Aline Bazenga

*Universidade da Madeira (UMa), CLUL,
CLEPUL*

¹ Designação proposta por Paulo Miguel Rodrigues em “Da Insularidade: Prolegómenos e Contributo para o Estudo dos Paradigmas da Madeirensidade (1910-1926)”, *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 2, 2010, pp. 210-228, fazendo eco da “açorianidade”, e que toma forma, segundo o autor, apenas no séc. XIX, no poema épico de Francisco de Paula Medina e Vasconcelos, *Zargueida. Descobrimto da Ilha da Madeira: Poema Heróico* (1806), prosseguindo no início do séc. XX, momento em que várias crises (políticas, sociais e económicas) dominam o espaço cultural português. Recentemente, o conceito de “madeirensidade” foi objeto de reflexão em João David Pinto-Correia, “Cultura ‘Madeirense’: Implicações de um Conceito [Sistematização – Roteiro para Estudo]”, in José Eduardo Franco e Cristina Trindade (coords.), *Que Saber(es) para o Século XXI? História, Cultura e Ciência na Madeira*, Lisboa, APCA/Esfera do Caos, 2014, p. 303.

A Europa, a América e a África partilham um mesmo oceano, no qual se cruzam os caminhos de um continente para o outro, vincado por um passado em comum. Neste oceano, durante a empresa marítima europeia de expansão e conquista de novos espaços, as ilhas desempenharam um papel estratégico como ponto de abrigo e de passagem nas travessias, mas também de experimentação de novas formas de tomar posse de territórios situados para além do velho mundo. Assim, os pequenos espaços insulares alojados no Atlântico

surgem configurados numa dupla perspectiva – território em si e território em relação com o mundo –, o que os torna objetos caracterizados por um hibridismo estrutural, marcado pelo fechamento

e a abertura. Esta duplicidade fará parte da sua história, evidenciada pela dinâmica dos fluxos migratórios, envolvendo as necessidades de expansão dos três continentes, marcada pela chegada de colonos, escravos, comerciantes, cientistas e turistas, pela partida de ilhéus para esses locais e pela construção de diásporas insulares, ao longo do tempo. Destas múltiplas interações memoriais, polifónicas e culturais, surgem comunidades e sociedades insulares originais e complexas, nas quais se tecem *îsolat* e diversidade, transformando-as em objetos desafiadores quando se procura refletir na relação entre memória, identidade e território. Para além de uma forma

territorial, alguns espaços insulares podem ainda ser caracterizados por uma forma simbólica (traços culturais, mitos e histórias), que faz deles uma “região”. As representações simbólicas de uma região manifestam-se nas práticas sociais¹, aspeto que contribui para a complexidade do entendimento das identidades insulares ao criar distinções sociais de tipo regional.

A construção identitária fundamenta-se num grande constrangimento: não se está apenas numa relação com o outro (“tu”, “eles”), mas tam-

bém perante uma relação complexa, sempre a ser perturbada pela presença desse outro e da sua diferença. Não sendo um dado *a priori*, a identidade é um processo em movimento, constantemente renovado, e é inevitavelmente

uma interface com um alguém, distinto de mim². Sendo plena de vários sentidos, a identidade de uma fronteira espacial, tal como se afigura numa ilha, deverá ser entendida em função do tecido funcional da sua estrutura social, mas também em termos de traços simbólicos memoriais.

A linguagem pode desempenhar um papel essencial no processo de construção identitária. As línguas são sistemas estruturalmente heterogéneos. A perceção e as atitudes, positivas ou

Tendo por referência a ilha da Madeira, situada no Atlântico lusófono, este estudo procura pôr em evidência alguns factos linguísticos da variedade do português europeu (PE) falada nesta região insular [...].

1 Anssi Paasi, “The Region, Identity, and Power”, *Procedia Social and Behavioral Sciences*, n.º 14, 2011, pp. 9-16.

2 Patrick Charaudeau, “Identité Linguistique, Identité Culturelle: Une Relation Paradoxale”, 2009: <http://www.patrick-charaudeau.com/identite-linguistique-identite.html> [acedido a 4 mar. 2015].

negativas, dos falantes dessa intrínseca diversidade de usos poderão ser entendidas como atributos de grupo. A variação linguística gera estereótipos e juízos de valor sobre os falantes de uma língua (variedade popular, regional, etc.), independentemente do seu papel unificador de uma comunidade e gerador do sentimento de pertença nos seus membros. Um falante é capaz de escolher entre as diferentes versões/variantes linguísticas disponíveis, identificando-as como sendo as do seu próprio grupo ou como pertencentes a outros grupos com os quais interage, sabendo que essas escolhas serão lidas pelos outros como marcadores de identidade. Estas escolhas podem criar ou reforçar a ligação entre grupos sociais (convergência) ou, pelo contrário, aumentar a distância social (divergência). A abordagem da identidade aqui considerada procura examinar o posicionamento social do eu e dos outros, enquanto fenómeno relacional e sociocultural, que emerge e circula nos discursos locais, em contextos de interação com contornos diferenciados. Esta abordagem, deliberadamente ampla e aberta, na qual se cruzam língua, cultura e sociedade, faz convergir contribuições de vários domínios e de diversos teóricos das ciências sociais e humanas.

As regiões dialetológicas resultam do modo como as pessoas interagem nos limites impostos pelas instituições sociais e políticas. Tal significa reconhecer que o espaço não é apenas físico, mas também social, e que as suas representações podem ser transformadas para moldar o futuro. Deste ponto de vista, as nossas ações e as ações daqueles que governam têm o potencial de provocar tanto a mudança como a prevalência de práticas do passado, dando origem a diversos padrões comportamentais dos indivíduos e das comunidades, associados aos locais de existência ou a um *habitus*³, conceito entendido como sistema de disposições, aberto, permanentemente confrontado com expe-

riências novas e permanentemente afetado por elas, sendo, por isso, durável mas não imutável, e no qual intervêm a linguagem e as suas representações. Por outro lado, se entendermos o signo como misto (*mixed*), composto, em graus distintos, de marcadores de índice, de símbolo e de elementos emblemáticos, tal como o perspetivou Peirce, então a relação entre a pronúncia ou outra forma linguística (vocabulário e sintaxe) e a identidade poderá ser entendida como uma relação de tipo "indicial" ou "indicadora de"⁴. Ora, um índice é um signo quando o que se deve entender está relacionado com a coocorrência de algo, tendo por base a experiência vivenciada pelo interpretador. Tal como ouvir uma determinada forma falada que poderá estar relacionada com um estilo particular e evocar uma determinada identidade social.

Procura-se neste artigo refletir sobre a variedade do português falada na ilha da Madeira, enquanto índice identitário desta região, para a qual contribui a memória das experiências sociais, que se refletem em factos sociolinguísticos, em linha com William Labov⁵.

A ilha da Madeira: aspetos históricos, geográficos, sociais e linguísticos da construção da sociedade madeirense

A insularidade, enquanto conceito, surge associada ao isolamento, quer físico, de descontinuidade entre a terra e o mar, como no caso dos espaços insulares, quer sociocultural, quando pensamos em grupos à margem de, quer do ponto de vista económico, étnico ou de outra natureza categorial. No caso dos espaços insulares, o grau de isolamento é variável, dependendo de vários fatores, tal como a sua maior ou menor superfície, as características dos seus habitantes (valores populacionais totais,

distribuição espacial e social, em articulação com o eixo rural/urbano, entre outros) e da sua estrutura económica e das suas estratégias de desenvolvimento⁶.

A ilha da Madeira, a principal ilha do arquipélago do mesmo nome, insere-se na categoria das pequenas ilhas oceânicas⁷. Na verdade, trata-se de uma ilha-montanha (736,75 km²), de origem vulcânica (pico Ruivo, 1862 m), localizada no oceano Atlântico, a sudoeste da costa portuguesa e a cerca de 700 km da costa africana. De acordo com os mais recentes dados estatísticos⁸, o arquipélago da Madeira tem uma população de 267.785 habitantes, 262.302 dos quais correspondem à população da ilha da Madeira e 5483 à população da ilha do Porto Santo. Na sua maioria constituída por mulheres (141.517), a densidade populacional é elevada (comparativamente ao restante território português e atendendo às dimensões da Ilha) e desequilibrada: concentra-se no litoral sul, sobretudo no Funchal, a capital, onde reside 40 % da população, a qual apresenta uma densidade populacional de cerca de 1467 hab./km².

A maioria da população ativa está afeta ao sector terciário, no qual o turismo assume um lugar relevante na dinamização socioeconómica da região⁹. A agricultura tem também uma grande importância, nomeadamente por razões culturais e sociais, sendo de salientar a indústria vinícola e, apesar de sujeita a forte competição externa, a produção/exportação da banana.

6 Stéphane Gombaud, *Illes, Insularité et Îlêite: Le Relativisme dans l'Étude des Espaces Archipélagogiques*, Dissertação de Doutoramento em Geografia apresentada à Université de la Réunion, Réunion, texto policopiado, 2007. Ver também Nina Soulimani, *Faire Face au Changement et Réinventer des Îles*, Dissertação de Doutoramento em Geografia apresentada à Université de la Rochelle, La Rochelle, texto policopiado, 2011.

7 François Tagliani, "Les Petits Espaces Insulaires face à la Variabilité de leur Insularité et de leur Statut Politique", *Annales de Géographie*, n.º 652, 2006, pp. 24-47.

8 Instituto Nacional de Estatística, *Censos 2011, Resultados Definitivos: Região Autónoma da Madeira*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 2012.

9 António Almeida e Ricardo Rodrigues (orgs.), *A Experiência de Desenvolvimento Socioeconómico Regional: Uma Abordagem Multidisciplinar sobre a Madeira*, Funchal, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional/Universidade da Madeira, 2010, p. 14.

3 Ver, de Pierre Bourdieu, "L'Identité et la Représentation", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 35, 1980, pp. 63-72; *Ce que Parler Veut Dire*, Paris, Fayard, 1982; e "Habitats, Code et Codification", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 64, 1986, pp. 40-44.

4 Barbara Johnstone, "Locating Language in Identity", in Carmen Llamas e Dominic Watt (eds.), *Languages and Identities*, Edinburgh, Edinburgh University Press, 2010, pp. 29-38.

5 William Labov, *Sociolinguistic Patterns*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1972.

Predomina neste sector a exploração familiar de pequenas dimensões, atendendo ao facto de a densidade da população ser fragmentada, dispersa e assimétrica. Outro aspeto relevante consiste no facto de, nas décadas mais recentes (entre 1995 e 2011), a Madeira ter sido a região de Portugal a apresentar um maior crescimento do peso do sector público na atividade económica.

Sendo a taxa de crescimento da população muito elevada e não permitindo a estrutura socioeconómica do arquipélago aproveitar a mão de obra nativa, as migrações para o estrangeiro e também para o continente sucedem-se, como já foi referido em relação ao passado, por vagas, tal como o regresso à Ilha¹⁰. A cidade do Funchal é a cidade mais populosa fora do território continental português¹¹. Apresenta-se socioeconomicamente assimétrica, com a população de menores rendimentos a concentrar-se nas freguesias limítrofes, a oeste e a norte, que acolhem aglomerados sociais com atividades agrícolas de subsistência. A cidade apresenta, assim, na sua estrutura contrastes entre urbanidade e rural-urbanidade. É também nesta cidade que estão localizadas as únicas três instituições de ensino superior do arquipélago da Madeira (a Universidade da Madeira, a Escola Superior de Enfermagem de S. José de Cluny e o Instituto Superior de Administração e Línguas – ISAL)¹².

10 De acordo com os resultados dos Censos 2011, 18,2% da população portuguesa que vive na RAM já residiu no estrangeiro, por um período contínuo de pelo menos um ano. Este indicador é superior à média nacional, 14,6%. Os principais países de destino da população emigrante que reside na Madeira, tendo como referência o último país de residência, são a Venezuela (37,1%), Reino Unido (17,5%), África do Sul (12,1%) e França (7,5%). Entre 1971 e 2000, o gráfico apresenta três períodos em que o regresso de emigrantes à RAM foi mais intenso. Regressaram 17,1% entre 1971-1980, 22,5% entre 1981-1990 e 29,7% entre 1991-2000.

11 A nível nacional, faz parte das setes cidades com uma população acima de 100.000 habitantes (Lisboa, Porto, Vila Nova de Gaia, Amadora, Braga, Funchal e Coimbra, por ordem decrescente) e nas quais se concentram cerca de 14% da população total do país.

12 No ano 2009/2010, estavam escritas nestas instituições de ensino superior 3574 estudantes. Nesse período, formaram-se 890 novos licenciados. Por outro lado, as cidades de Portugal continental com maior percentagem de população com o ensino superior completo são as capitais de distrito: Coimbra (35,3%), seguida de Lisboa (33,8%), Vila Real (29%) e Faro (25,5%). Na Madeira, este indicador é inferior à média

de 21%, atribuída ao conjunto de cidades portuguesas. As estatísticas relativas à educação, de acordo com os censos de 2011, apontam para uma situação em que a ilha da Madeira se destaca negativamente, quando comparada com Portugal continental: a percentagem de população apenas com ensino básico, assim como a de analfabetos – mais mulheres do que homens, respetivamente 8,1 % e 5,7 % –, é superior à observada em Portugal continental (no total, 5,2 %); no polo oposto, a população com ensino superior na RAM representa 9,5 %, valor claramente inferior aos 31,5 % registados no continente. À descontinuidade geográfica, marcada pela fronteira natural atlântica, associam-se outras formas de organização social, assinalada por grandes contrastes, nomeadamente ao nível de formação escolar da população insular.

Do ponto de vista da sua história e do seu contributo para uma disposição coletiva de "madeirensidade", merece destaque a referência ao povoamento e aos fluxos migratórios a que a ilha foi sendo sujeita ao longo do tempo. Descoberta em 1419 pelos navegadores portugueses ao serviço do infante D. Henrique, o povoamento da Ilha iniciou-se pouco depois, tendo os primeiros colonos, oriundos tanto do norte como do sul do reino¹³, chegado no início do séc. xv (1420 ou 1425). Originalmente uma ilha-ponte e uma ilha-laboratório¹⁴, a Madeira

de 21%, atribuída ao conjunto de cidades portuguesas.

13 Luis de Albuquerque e Alberto Vieira, *O Arquipélago da Madeira no Século XV*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1987. De acordo com os autores, a predominância da origem nordestina é muito superior à algarvia (64 % para 25 %). Os registos paroquiais da freguesia da Sé (Funchal), no período de 1539 a 1600, corroboram esta conclusão, uma vez que os nubentes oriundos de Braga, Viana e Porto representam metade do total, enquanto os provenientes de Faro não ultrapassam os 3 %, o que leva os autores a concluir que "metade da população não nascida na Madeira era originária do norte do país" e que a "situação do século anterior [...] não deve ter sido por certo diferente".

14 A natureza experimental da colonização da Madeira foi destacada por Virginia Rau e Borges de Macedo (1962). Para esses historiadores, a Madeira constituiu o primeiro teste de adaptação do homem a um espaço ilha do Atlântico, despovoado, através da criação de um sistema político, jurídico e social com base nas capitânias, envolvendo delegações amplas de poder para os senhores da ilha – os donatários – e um modo de produção baseado na escravatura. No final do séc. xv, ao lado das comunidades portuguesas e dos provenientes de outros espaços europeus (genoveses, flamengos, franceses), estimadas entre 15 mil a 18 mil habitantes, a comunidade de escravos, oriundos das ilhas Canárias, do norte de África e do golfo da Guiné, chegou a atingir

desempenhou um papel de liderança na expansão marítima de Portugal nos sécs. xv e xvi, tendo representado também um apoio importante à presença portuguesa e espanhola na costa africana¹⁵. Assim, tal como outras ilhas situadas em alto mar mas localizadas no centro de rotas marítimas, a ilha da Madeira nunca ficou completamente isolada porque, beneficiando das condições económicas internas oferecidas pelas culturas da cana-de-açúcar, primeiro, e da vinha, mais tarde, seria um lugar de passagem obrigatório nos caminhos traçados no oceano Atlântico. O arquipélago tornou-se um espaço aberto de comunicação, mantendo-se em contacto com o velho e o novo mundos, materializados pela presença frequente de estrangeiros, sobretudo a partir do séc. xvi. Na ilha da Madeira, o Funchal, cidade portuária, era um lugar de paragem quase obrigatória para a maioria das pessoas que viajava pelas principais rotas do Atlântico. Esta situação manteve-se quase inalterada até ao séc. xix, tornando a Ilha, na periferia da Europa, um ponto estratégico de ancoragem, um microcentro atlântico. A sociedade madeirense pode ser vista, então, como o resultado de fluxos migratórios, constantes desde o início da sua história, e regulados pelos ciclos económicos.

A colónia britânica, presente na Ilha desde o séc. xv, exerceu uma forte influência na vida insular, especialmente a partir do séc. xvii, estando inteiramente na sua dependência a produção e comercialização de vinhos

2000 pessoas. A sua presença perdurou até 1733, altura em que foi proibida a importação de escravos. Sobre este assunto, ver Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo de Meneses, *Elucidário Madeirense*, fac-símile da ed. de 1946, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura/DRAC, 1984; Luis de Albuquerque e Alberto Vieira, *Op. Cit.*; Maria de Lourdes Freitas Ferraz, "A Cidade do Funchal na 2.ª Metade do Século XVIII – Freguesias Urbanas", in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, vol. I, Funchal, CEHA, 1990, pp. 265-284; Maria Luísa Rocha Pinto e Teresa Maria Ferreira Rodrigues, "Aspectos do Povoamento das Ilhas da Madeira e Porto Santo nos Séculos XV e XVI", in *Actas do III Colóquio Internacional de História da Madeira*, vol. III, Funchal, CEHA, 1993, pp. 403-471; e Alberto Vieira, "As Migrações e os Descobrimientos Portugueses. Séculos XV e XVI", in Alberto Vieira (org.), *Imigração e Emigração nos Ilhas*, Funchal, CEHA, 2001, pp. 27-62.

15 Frédéric Mauro, "Madère de 1425 à 1925: Éléments pour une Histoire Comparée des Îles Atlantiques", in *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, DRAC, 1989, p. 405.

madeirenses, designadamente para as colónias britânicas. Mais tarde, foram também os primeiros impulsionadores do turismo, inicialmente de natureza terapêutica. Deve-se ainda aos residentes ingleses ou de passagem pela Ilha o desenvolvimento do conhecimento da história natural do arquipélago (botânica, zoologia, geologia, etc.).

O alto nível de mobilidade social dos madeirenses é também uma das principais características da sociedade insular. A emigração para o exterior começou cedo, primeiro em direção aos novos espaços descobertos, num contexto de colonização (Brasil e Estados Unidos), a partir do séc. XVII, e, mais tarde, no séc. XX, para diferentes países europeus, assim como para as colónias portuguesas em África, na África do Sul e na Venezuela. O contacto com o outro, gerado por sucessivas ondas de migração (imigração, emigração e retorno à Ilha), tem contribuído grandemente para o atual perfil genético da população, no qual se incluem características genéticas africanas¹⁶ e a formação de uma sociedade insular "misturada", em contraste com as que apresentam características mais homogêneas, relacionadas com a presença de raízes indígenas que perduram durante séculos¹⁷. Embora Portugal continental tenha sido também marcado pelo contacto com o outro, nomeadamente escravos africanos, mais acentuado na cidade de Lisboa, capital do reino, é provável que o impacto tenha sido maior nos centros urbanos menores, como a cidade do Funchal, caracterizados por uma estrutura social distinta, especialmente no que diz respeito ao pequeno número de homens-bons que formaram a elite da Ilha¹⁸.

As relações políticas e financeiras entre Portugal continental e a Ilha foram-se dete-

riorando ao longo do tempo, marcadas pela "falta de atenção e condições em termos do desenvolvimento de importantes obras públicas" por parte do governo central, que "geraram um quase permanente sentimento de orfandade e abandono"¹⁹. Com a Constituição de 1822²⁰, durante a Revolução Liberal, os arquipélagos da Madeira e dos Açores passam a ser designados ilhas adjacentes, de forma a diferenciá-los das colónias, designação que persistiu até à Constituição de 1976, altura em que passaram a designar-se regiões autónomas, já dotadas de maior autonomia política, com governos regionais próprios. A adjacência, que pretendia ser uma forma de integração, não é, no entanto, bem aceite pela elite madeirense, que manifestava "a necessidade de diferenciar a realidade socioeconómica da Ilha na hora de legislar"²¹. A narrativa histórica da "madeirensidade" constrói-se em sucessivas e complexas relações com o outro, marcadas pela singularidade da sua insularidade e das suas múltiplas possibilidades interrelacionais, às quais se junta o eixo Ilha/Portugal continental, já na sua transformação em região.

Variedade madeirense do português europeu²² e variantes indiciais de "madeirensidade"

Na mais recente categorização dialetológica do PE²³, as variedades faladas no arquipélago da Madeira integram o conjunto dos dialetos insulares, a par dos dialetos setentrionais e centro-meridionais. Embora a cartografia linguística do arquipélago, que incluiria descrições rigorosas das proprieda-

des fonéticas, lexicais e morfossintáticas das suas subvariedades faladas, esteja longe de estar realizada²⁴, é possível referir algumas propriedades linguísticas marcadamente associadas à variedade falada do português na Madeira. Independentemente da variação lexical, a variedade madeirense do PE é caracterizada por uma grande diversidade interna no que diz respeito a traços fonéticos, sendo os mais apontados²⁵, e.g.:

(i) as ditongações das vogais /i/ e /u/ tónicas (*navio* > *naveie*; *lua* > *laua*), de /o/, em palavras como *boa* (*baua*), *caminhou* (*caminhua*) e *avô* (*avua*), e de /a/, precedido de [k] ou [g] (*carro* > *cuarro*; *gato* > *guato*);

(ii) a palatalização de /l/ antes de [i] ou [i] (*aquilo* > *aquilha*);

(iii) a redução de -o ([u]) átono em posição final de palavra em [ɨ] ou a sua elisão, que afeta todas as palavras, independentemente da sua classe lexical (*cinco* > *cinque*; *falo* > *fale*);

(iv) assimilação [semivocalização ou vocalização] da fricativa final /S/ em contexto de *sândi* externo seguido de uma consoante (exceto oclusiva surda), resultando em realizações [j] e [i], como em *as vacas* > [aj] *vacas*; *os bichos* > [uj] *bichos*, respetivamente;

(v) a síncope de [g] intervocálico, quando imediatamente precedido de /i/ e /u/, de que são exemplos as realizações de *cigana* ([siana]), *enxugar* ([ɛʃuar]) ou ainda *formiga* ([frumojp]).

24 Luís Filipe Lindley Cintra, "Os Dialetos da Ilha da Madeira no Quadro Geral dos Dialetos Galego-Portugueses", in José Eduardo Franco [coord.], *Cultura Madeirense: Temas e Problemas*, Porto, Campo das Letras, 2008, pp. 95-104.

25 Ver Francis Millet Rogers, "Insular Portuguese Pronunciation: Madeira", *Hispanic Review*, sep. vol. xiv, n.º 3, 1946; Luís Filipe Lindley Cintra, *Art. Cit.*, pp. 95-104; mais recentemente, Luísa Segura, "Dialetos Madeirenses", in Eduardo Paiva Raposo et al. [orgs.], *Gramática do Português*, vol. 1, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, pp. 106-109; para um estudo sobre a palatalização do [j], consultar Ernesto Andrade, "Algumas Particularidades do Português Falado no Funchal", in *Actas do IX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, Colibri, 1990, pp. 17-29; Luísa Segura e João Saramago, "Açores e Madeira: Autonomia e Coesão Dialectais", in Isabel Hub Faria [org.], *Lindley Cintra: Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*, Lisboa, Edição Cosmos/FLUL, 1999, pp. 706-738; e Luísa Segura, "Dialetos Insulares", in Eduardo Paiva Raposo et al. [orgs.], *Op. Cit.*, pp. 106-110, entre outros autores.

16 Hélder Spínola et al., "Distribution of HLA Alleles in Portugal and Cabo Verde. Relationships with the Slave Trade Route", *Ann Hum Genet*, 66 (pt. 4), 2002, pp. 285-96. Segundo os autores, estas características genéticas também são observadas em populações residentes em Portugal continental, nomeadamente nas regiões mais a sul.

17 François Tagliani, *Art. Cit.*, pp. 24-47.

18 Ernesto Gonçalves, "Os 'Homens Bons' do Concelho do Funchal em 1471", *Das Artes e da História da Madeira*, vol. 5, n.º 28, 1958, pp. 1-8, 76-82.

19 Alberto Vieira, "Madeira e a Metrópole. Uma História de Contrastes", *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 3, 2011, p. 16.

20 Designação que persiste na carta constitucional de 1826 e nas constituições de 1838, 1911 e 1933.

21 Alberto Vieira, *Op. Cit.*, p. 16.

22 Consultar a síntese da produção científica sobre variedade madeirense do português europeu (PE) de Aline Bazenga, "Variedade Madeirense do Português no Projeto Dicionário Enciclopédico do Madeira", in José Eduardo Franco e Cristina Trindade [coords.], *Que Saber[es] para o Século XXI? História, Cultura e Ciência na Madeira*, Lisboa, APCA/Esfere do Caos, pp. 381-401.

23 Ver "Geografia da Língua Portuguesa": <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/geografia/mapa06.html> (acedido a 10 mar. 2015).



Para além destes traços, são ainda de referir a perda de nasalidade em palavras que terminam com ditongo [ɔj] (*paragem* > *parage*) e as monotongações do ditongo [oj] (*depois* > *depos*) e [aj] (*mais* > *mas*), assinalados em Boléo²⁶.

O léxico tem sido a componente mais estudada da variedade falada do PE no arquipélago da Madeira²⁷, sendo de destacar a diversidade e o volume dos contributos – quer glossários, quer vocabulários – para o melhor conhecimento dos regionalismos madeirenses²⁸. As variantes lexicais regionais estão geralmente associadas a variedades rurais e menos escolarizadas ou analfabetas. Naídea Nunes²⁹ procurou observar a vitalidade de alguns regionalismos madeirenses numa comunidade de fala urbana insular – a cidade do Funchal. Os resultados do seu estudo apontam para o conhecimento e uso muito frequente de alguns dos 50 regionalismos selecionados do glossário de Ana Cristina Figueiredo³⁰, nomeadamente *baboseira*, *bilhardeiro/a*, *desterrar*, *lapinha*, *patinhar*, *rebendita*, *resondar*, *semilhar*, *tarraço*, *trapiche*, *vaginha* e *vestuário*, independentemente da idade, do género e do nível de escolaridade dos falantes urbanos, o que indicia uma tendência para “manter e valorizar o património lexical madeirense [...] como forma de fortalecer a cultura e identidade regionais, ou seja, a ‘regionalidade’ ou ‘madeirensidade’”³¹, ultrapassando o preconceito linguístico associado a estas formas de origem popular.

No âmbito da sintaxe, para além da referência à construção impessoal com duplo sujeito *a gente se* (**A gente não se come**

mas os de Lisboa diz que comem daquele – CORDIAL-SIN CLC) no artigo de Ana Maria Martins³², outras construções sintáticas não padrão foram observadas em estudos recentes realizados³³, com base em dados do CORDIAL-SIN³⁴, apresentando uma distribuição geográfica, nomeadamente o uso das construções aspectuais com gerúndio (*toda a gente estava desejando de chegar ao Natal, que era para comer massa e arroz e um bocadinho de carne* – CORDIAL-SIN – PST), circunscritas aos arquipélagos da Madeira e dos Açores e ao sul de Portugal; o uso da construção impessoal existencial com *ter* (*Porque aqui à nossa frente, tinha um alto, tinha um moinho de vento e [eu] não via a casa da minha mãe!* – CORDIAL-SIN – PST)³⁵, apenas atestada na Madeira; e o uso do possessivo sem artigo (*Mas meu pai tinha era gado, fazendas* – CORDIAL-SIN – PST), apenas observado na Madeira e nos Açores. Estes usos foram confirmados em dados de falantes madeirenses urbanos (CSF)³⁵ e apresentados

em alguns trabalhos de Aline Bazenga³⁶.

Outros trabalhos, recorrendo aos princípios teórico-metodológicos da sociolinguística variacionista, nomeadamente os de Juliana Vianna³⁷, de Aline Bazenga³⁸ e de Sílvia Rodrigues Vieira e Aline Bazenga³⁹, realizados no âmbito dos projetos de cooperação internacional Brasil-Portugal: Estudo Comparado dos Padrões de Concordância em Variedades Africanas, Brasileiras e Europeia (2008-2011), e ALFAL 21 (2011-13, doravante Projeto Concordância), que inclui na sua amostra básica dados coletados na cidade do Funchal na ilha da Madeira (um subcorpus do CSF), mostraram que esta variedade urbana insular se distingue claramente das variedades continentais do PE, tanto no que se refere à atuação de fatores linguísticos como aos de natureza extralinguística em fenómenos de variação linguística. No mais recente destes trabalhos, tendo por objeto a realização variável da concordância de terceira pessoa do

32 Ana Maria Martins, “Subject Doubling in European Portuguese Dialects: the Role of Impersonal Se”, in Enoch Cladé Abob et al. (eds.), *Romance Languages and Linguistic Theory*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins, 2009, pp. 179-200.

33 Ernestina Carrilho e Sandra Pereira, “Sobre a Distribuição Geográfica de Construções Sintáticas Não-Padrão em Português Europeu”, in *Textos Seleccionados do XXVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística, 2011 [CD-ROM]; e Ernestina Carrilho e Sandra Pereira, “On the Areal Dimension of Non-Standard Syntax: Evidence from a Portuguese Corpus”, in Alena Baryshevich et al. (eds.), *Proceedings of Methods XIV: Papers from the Fourteenth International Conference on Methods in Dialectology*, Pieterlen, Peter Lang, 2013, pp. 69-79.

34 Corpus constituído para o projeto Corpus Dialectal para o Estudo da Sintaxe do PE, coordenado por Ana Maria Martins do CLUL, a partir de amostras de gravações coletadas no âmbito de outros projetos de geografia linguística do CLUL (ALEAç – Atlas Linguístico e Etnográfico dos Açores [coord. de João Saramago], ALLP – Atlas Linguístico do Litoral Português [coord. de Gabriela Vitorino], ALEPG – Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza [coord. de João Saramago], Corpus BA – Barlavento Algarvio, de Luísa Segura (a partir da sua dissertação de doutoramento, intitulada *A Fronteira Dialectal do Barlavento do Algarve* e defendida em 1987) e o CPE-VAR – Corpus de Português Europeu – Variação, de Celeste Rodrigues, recolhida nos anos de 1996/97, um corpus com dados de leitura e fala espontânea, constituído por entrevistas sociolinguísticas de falantes naturais de Lisboa e de Braga). Para mais informações sobre o projeto e este corpus, consultar a informação disponível em: <http://www.clul.ul.pt/cordial-sin> [acedido a 10 mar. 2015].

35 O CSF, sob coordenação de Aline Bazenga, foi iniciado em 2010. Atualmente, com 350.000 palavras, o CSF integra cerca de 35 horas de gravações de entrevistas sociolinguísticas realizadas a 60 informantes madeirenses a residir no Funchal. Uma amostra deste corpus, de 27 entrevistas, selecionada no âmbito do projeto internacional Estudo Comparado dos Padrões de Concordância em Variedades Africanas, Brasileiras e Europeias, envolvendo

investigadores do CLUL (Portugal, coord. de Maria Antónia Mota) e da UFRJ (Brasil, coord. de Sílvia Rodrigues Vieira), está acessível ao público no site deste projeto: <http://www.concordancia.letras.ufrj.br> [acedido a 10 mar. 2015]. Ver, para uma apresentação deste projeto, Aline Bazenga, “Corpus of Madeira Island, a Spoken Variety of European Portuguese”, comunicação apresentada no CIIC06 (6^o International Conference on Corpus Linguistics), Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, Espanha, 2014.

36 Ver, de Aline Bazenga, “Aspectos do Português Falado no Funchal e Variedades do Português”, comunicação apresentada no III Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa, Universidade de Macau, China, 2011; “Construções Existenciais: Variação Sintática y Variedades del Portugués”, comunicação apresentada no X Congreso Internacional de Lingüística General, Universidad de Zaragoza, Espanha, 2012; e “Non-Dominant TER [To Have] – Existential in Spoken EP of Funchal (Madeira Island)”, comunicação apresentada no II International Conference of WGNV – Exploring Linguistic Standards in Non-Dominating Varieties, Universidad de Salamanca, Espanha, 2012.

37 Juliana Vianna, *Semelhanças e Diferenças na Implementação de “A Gente” em Variedades do Português*, Dissertação de Doutoramento em Letras Vernáculos apresentada à Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, texto policopiado, 2011.

38 Aline Bazenga, “Concordância Verbal e Variantes de 3.^a Pessoa do Plural em PE: Resultados Preliminares de um Estudo Sociolinguístico com Base numa Amostra de Português Falado no Funchal”, in Augusto Soares da Silva et al. (coords.), *Línguas Pluricêntricas: Variação Linguística e Dimensões Sociocognitivas. Pluricentric Languages: Linguistic Variation and Sociocognitive Dimensions*, Braga, Alêtheia, 2011, pp. 301-318; e *Id.*, “Variation in Subject-Verb Agreement in an Insular Dialect of European Portuguese”, in Rudolph Muhr (ed.), *Non-Dominating Varieties of Pluricentric Languages: Getting the Picture. In Memory of Prof. Michael Clyne*, Wien, Peter Lang Verlag, 2012, pp. 335-356.

39 Sílvia Rodrigues Vieira e Aline Bazenga, “Patterns of Third Person Plural Verbal Agreement”, *Journal of Portuguese Linguistics*, vol. 12, n.º 2, 2013, pp. 7-50.

26 Manuel de Paiva Boléo, *Estudos de Linguística Portuguesa e Românica: Dialectologia e História da Língua*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1974.

27 Aline Bazenga, *Art. Cit.*, p. 382.

28 Consultar a bibliografia de referência nesta matéria em Aline Bazenga, *Art. Cit.*, pp. 384-385 e 394 e em João David Pinto-Correia, “Cultura ‘Madeirense’: Implicações de um Conceito”, in *Op. Cit.*, pp. 314-317.

29 Naídea Nunes, “Variação Social e Vitalidade de Alguns Regionalismos Madeirenses no Português Falado na Cidade do Funchal”, *Confluência*, n.º 46, 2014, pp. 335-370.

30 Ana Cristina Figueiredo, *Palavras d’Aquintradio: Estudo sobre Regionalismos Madeirenses*, Lisboa, Fonte da Palavra, 2011.

31 Naídea Nunes, *Art. Cit.*, p. 367.

plural (3PP), a variedade do madeirense (Funchal) apresenta um conjunto de padrões de variantes flexionais de 3PP mais rico, comparável apenas com os dados de subvariedades rurais ou semiurbanas⁴⁰ ou com a variedade de Braga, estudada por Celeste Rodrigues⁴¹. Para além das variantes flexionais padrão de 3PP, foi possível constatar o uso de variantes não padrão, marcadas pela realização:

(i) de um ditongo nasal não conforme com a morfologia verbal padrão: ditongo [õi], em lugar de [õw], ou variante -EM, como em *aqueles carres que andem de noite* – CSF-C1h);

(ii) da vogal oral [u] ou nasal [ũ], ou variantes – U (*quando os meus pais morava na casa* – CSF-B1m), para além da variante em vogal oral, resultante da não realização do traço de nasalidade, isomorfa de 3PS (os outros *tinha as costas quentes* – CSF-C2m), observada nas variedades do PE continental e normalmente analisadas como não contendo a marca de número exigida pelo contexto de concordância verbal de 3PP.

Do conjunto de variantes flexionais atestadas em contexto sintático de 3PP na variedade do Funchal, a variante em -EM surge, não só em termos quantitativos, mas também atendendo à extensão da sua distribuição (presente do indicativo, imperfeito do indicativo e perfeito do indicativo), como a característica de maior saliência. Esta variante, produzida por falantes iletrados ou pouco escolarizados, mais velhos e do sexo feminino, na comunidade de fala urbana

do Funchal, pode ser considerada como um indicador de localidade e de classe⁴², ou seja, combina traços típicos de “madeirensidade”, por se tratar de uma variante não atestada em variedades do PE continental até agora estudadas, e de “popular”, ou grupo social, cuja variedade falada é marcada por usos de formas linguísticas não prestigiadas, excluídas da variedade padrão do PE, e objeto de estigma social.

Os três estudos atitudinais e perceptivos sobre a diversidade dialetal do PE⁴³, baseados em amostras com falantes que vivem em regiões de Portugal, fornecem outros argumentos para a individualização dos dialetos insulares de um modo geral (Açores e Madeira). Nestes trabalhos, e no que se refere ao atributo da inteligibilidade, o português falado nas ilhas portuguesas é avaliado como menos inteligível, quando comparado com outras variedades do PE continental.

Um estudo similar⁴⁴, mas realizado junto de uma amostra de 126 informantes madeirenses, revela uma tendência para avaliar positivamente, em termos de prestígio, a variedade do português falado na Madeira, imediatamente a seguir à variedade padrão (de Lisboa). A variedade dos Açores, contrariando a descrição linguística que a considera próxima da madeirense, é avaliada pelos informantes madeirenses como a menos compreensível e a mais distante da sua própria maneira de falar. Parece desenhar-se, assim, nos madeirenses uma representação

de dupla filiação linguística: portuguesa, em primeiro lugar, seguida da “madeirensidade”, simbolizada por uma variedade falada distinta, também ela considerada de prestígio, um centro (regional/insular) dentro do centro do todo nacional – Lisboa, a capital –, a variedade de prestígio legitimado. A atitude positiva manifestada pelos madeirenses em relação à sua variedade falada poderia ser entendida a partir do conceito de “prestígio encoberto” (covert), introduzido por William Labov⁴⁵ e desenvolvido por Peter Trudgill⁴⁶, que procura explicar o uso de formas linguísticas não padrão por parte de alguns grupos de uma comunidade de fala (os homens mais do que as mulheres, em particular). Estes usos constituem um padrão de prestígio implícito dentro da comunidade, com um valor simbólico de solidariedade para o grupo, em contraste com os valores de autoridade (clareza, elegância, pureza, competência) que caracterizam o prestígio legítimo⁴⁷.

A situação linguística da Madeira pode então configurar-se como também marcada pela descontinuidade⁴⁸, quando comparada com Portugal continental, apresentando contornos originais nos seus padrões de usos linguísticos do PE, marcadamente híbridos, numa mistura singular de ecos tanto dos

45 William Labov, *Op. Cit.*

46 Peter Trudgill, “Sex, Covert Prestige and linguistic Change in the Urban British English of Norwich”, *Language in Society*, vol. 1-2, 1972, pp. 179-195.

47 O mesmo conceito reflete o facto de algumas comunidades periféricas terem surgido como novos centros normativos, transformando línguas como o português e o francês e outras línguas europeias em línguas pluricêntricas (ver Alan N. Baxter, “Portuguese as a Pluricentric Language”, in Michael G. Clyne (ed.), *Pluricentric Languages: Differing Norms in Different Countries*, Berlin/New York, Mouton de Gruyter, pp. 11-43). Estes vários centros normativos reconhecem a sua variedade linguística, distinta e legitimamente usada, como veículo de identidade, de cultura e de uma certa visão de mundo. Ela também ajuda a explicar a ambivalência da Madeira em relação ao seu posicionamento e reconhecimento linguísticos.

48 C. M. Kehl, “Discontinuous Language Spaces”, in Peter Auer e Jürgen Erich Schmidt (eds.), *Language and Space: An International Handbook of Linguistic Variation – Theories and Methods*, vol. 1, Berlin/New York, Mouton de Gruyter, 2010, pp. 332-354. Consultar também Gaetano Berruto, “Identifying Dimensions of Linguistic Variation in a Language Space”, in Peter Auer & Jürgen Erich Schmidt (eds.), *Language and Space: An International Handbook of Linguistic Variation – Theories and Methods*, vol. 1, Berlin/New York, Mouton de Gruyter, 2010, pp. 226-240.

40 Ver Maria Antónia Mota, Celeste Rodrigues e Elisabete Soalheiro, “Padrões Flexionais nos Pretéritos Fortes, em PE Falado Setentrional”, in Ivo Castro e Inês Duarte (orgs.), *Razões e Emoção: Miscelânea de Estudos em Homenagem a Maria Helena Mira Mateus*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2003, pp. 129-156; Maria Antónia Mota e Sílvia Vieira, “Contrastando Variedades do Português Brasileiro e Europeu: Padrões de Concordância Sujeito-Verbo”, in Carlos Alexandre Gonçalves e Maria Lúcia Leitão de Almeida (orgs.), *Língua Portuguesa: Identidade, Difusão e Variabilidade*, Rio de Janeiro, Associação Internacional de Linguística do Português/Universidade Federal Rio de Janeiro, 2008, pp. 111-137; e Maria Antónia Mota, “Variant Patterns of Subject-Verb Agreement in Portuguese: Morphological and Phonological Issues”, *Journal of Portuguese Linguistics*, 12-2, 2013, pp. 211-235.

41 Celeste Rodrigues, “Variantes Não-Standard e Tipo de Discurso: [Des]Encontro de Resultados”, in Armanda Costa e Inês Duarte (coords.), *Nada na Linguagem lhe é Estranho: Estudos em Homenagem a Isabel Hub Faria*, Porto, Edições Afrontamento, 2012, pp. 215-228.

42 William Labov, *Op. Cit.*

43 Susana Cabeleira, “Atitudes e Preconceitos Linguísticos face a Variedades Dialetais”, in *Actas do XXI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística, 2006, pp. 245-260; Sarah Gonçalves Martins Haddar, *Percepções, Estereótipos e Atitudes linguísticas Albigastenses: um Estudo de Dialectologia Perceptual*, Dissertação de Mestrado em Linguística e Ensino (Linguística Aplicada) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, texto policopiado, 2008; e Carla Sofia Ferreira, “Percepções Dialetais e Atitudes Linguísticas. O Método da Dialectologia Perceptual e as suas Potencialidades”, in *Textos Seleccionados. XXIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística, 2009, pp. 251-263.

44 Ver Aline Bazenga, Andrade, C., e Almeida, A., “Madeira Variety in Spoken European Portuguese: Perceptions of Prestige and Sociolinguistic Awareness”, comunicação apresentada no *Third International Conference on Non-Dominant Varieties of Pluricentric Languages*, University of Surrey, Reino Unido, 2014.

dialetos setentrionais como dos dialetos centro-meridionais, como ainda de traços de um português arcaico.

A ligação entre língua e identidade é fundamental para a nossa experiência de ser humano. Pela língua que falamos definimos quem somos. Também o fazemos, ainda que indiretamente, quando, nas nossas interações com os outros e a partir das nossas avaliações dos seus comportamentos verbais, lhes atribuímos uma identidade. A representação do outro, num determinado contexto social e cultural, estabelece-se por contraste: o outro é aquele que é percebido como diferente, mais distante, por vezes aquele que se afigura mais desviante em relação às normas do grupo no qual me incluo. Nesta perspetiva, a representação pode ser entendida como objeto perceptual de natureza intergrupala⁴⁹. Nem as nossas identidades nem os nossos usos linguísticos são estáticos. Evoluem ambos constantemente, devendo ser renegociados, face à evolução, também ela permanente, dos contextos nas nossas interações. Entre outros aspetos identificadores, os nossos usos da língua revelam a nossa pertença a grupos sociais, quer locais (amigos, família, colegas, etc.), quer mais gerais (sexo, nacionalidade, etnia, etc.), que partilham um mesmo comportamento linguístico.

A configuração da identidade madeirense assenta, de acordo com José Eduardo Franco⁵⁰, num processo de mistificação para compensar a sua condição periférica, a sua insularidade e pequenez territorial. Para este autor, este processo recorre a três narrativas de diferenciação cultural: a idealização das origens através da representação do espaço insular como paradisíaco; a exaltação do seu passado histórico glorioso, localizado no séc. xv, e a sublima-

ção do papel decisivo desempenhado pela ilha e da sua importância estratégica na expansão marítima; e, finalmente, a visão épica da sociedade insular, que através do trabalho estoico desbravou a ilha, transformando-a num jardim. O madeirense é, assim, glorificado pela virtude de ser um trabalhador excelente, um empreendedor que pode transformar o mundo, e esta imagem de prestígio acompanha a diáspora madeirense. No entanto, esse processo conduz apenas a uma identidade regional, a um *habitus*, no qual a linha de fronteira é, também ela, um dispositivo dinâmico, entre proximidade e distância com o todo nacional.

No plano da língua, o PE, dotado de um centro (a variedade padrão e de prestígio) em torno do qual gravitam as periferias (variedades regionais, variedades populares), é uma área marcada por desigualdades em termos de prestígio no mercado de trocas linguísticas, no qual algumas comunidades têm, de facto, mais peso em termos de prestígio do que as outras, tal como apontam os trabalhos sobre perceção e atitudes linguísticas realizados junto de falantes portugueses em Portugal continental e na Madeira. A variedade madeirense do PE, avaliada positivamente pelos madeirenses e reconhecida como distinta pelos falantes continentais, constitui um atributo da sua "madeirensidade". O hibridismo estrutural que a caracteriza, quando comparados os traços da sociedade insular evocados, contribui para uma representação identitária que se situa no espaço-fronteira, o qual se move numa lógica de fluxo, entre o confinamento tranquilizador e o risco de abertura ao outro e à mudança.

Embora as formas não marcadas manifestem uma tendência para sobreviverem à custa das formas marcadas por uma maior saliência perceptual⁵¹, esta tendência pode estar em risco, sob a influência de estereótipos sociais e regionais. Assim, para além do sotaque e

do léxico, alguns aspetos sintáticos não padrão referidos, tais como as variantes flexionais não padrão de 3.ª pessoa do plural -EM, tendem a ser produtivos, em detrimento de nivelamento linguístico, desejado pela elite madeirense desde o início do séc. xx. Funcionam como indício ou indicador de um sentimento de pertença a um território. Em comunidades de fala com as características marcadas pela insularidade, a mudança linguística poderá, assim, ser mais lenta, observando-se uma tendência para preservar as formas fortes e identitárias⁵². Esta tendência pode ser reforçada por uma estrutura social hierárquica, em que os membros da classe popular, mais densa e mais coesa do que a classe média ou superior⁵³, procuram manter os traços linguísticos mais distintivos⁵⁴, contribuindo para a matriz identitária do todo regional.

Resumo: Este estudo propõe uma reflexão sobre a interface língua/identidade aplicada ao conceito de insularidade enquanto espaço de fronteira, híbrido por natureza, integrado numa dinâmica interior/exterior. Procura-se observar de que modo esta configuração poderia estar envolvida na memória coletiva e na vida social das sociedades insulares, contribuindo para a sua construção identitária, um processo também ele dinâmico de uma formulação do "eu", por contraste com o "outro". Os usos linguísticos, enquanto práticas sociais, serão tomados como indicadores privilegiados neste processo de afirmação de uma singularidade num processo de alteridade.

Tendo por referência a ilha da Madeira, situada no Atlântico lusófono, este estudo procura pôr em evidência alguns factos linguísticos da variedade do português europeu (PE) falada nesta região insular, no-

49 Nikolas Coupland, "Other Representation", in Jef Verschueren, Jan-Olo Östman & Jürgen Jaspers (eds.), *Society and Language Use*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins, 2010, pp. 241-259.

50 José Eduardo Franco, "Nacionalidade e Regionalidade: Processos de Mitificação e Estruturação Identitária [o Caso da Nacionalidade Portuguesa e da Regionalidade na Madeira]", *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 1, 2009, pp. 73-80.

51 Paul Kerswill e Ann Williams, "'Salience' as an Explanatory Factor in Language Change: Evidence from Dialect Levelling in Urban England", in Mari C. Jones e Edith Esch (eds.), *Language Change. The Interplay of Internal, External and Extra-linguistic Factors*, Berlin, Mouton de Gruyter, 2002, pp. 81-110.

52 James Milroy e Lesley Milroy, *Authority in Language: Investigating Language Prescription and Standardisation*, London/Boston, Routledge & Kegan Paul, 1985.

53 Ver Lesley Milroy, *Language and Social Networks*, 2.ª ed., Oxford/New York, Blackwell, 1987.

54 No caso do Funchal, a capital insular, tratando-se de uma variedade do PE que combina traços de urbanidade e insularidade, estas hipóteses poderão explicar a presença de variantes flexionais não padrão que só encontram paralelo em subvariedades rurais ou semirurais de Portugal continental.

meadamente os de natureza sintática, tidos como salientes quando comparados com outras variedades continentais do PE. As particularidades linguísticas regionais evocadas serão analisadas do ponto de vista do seu valor simbólico, como índices de "madeirensidade", ou de pertença a uma região que se move numa complexa relação, assimétrica e descontínua, entre periferia e aproximação ao todo nacional.

Palavras-chave: insularidade; formas indiciais de identidade regional; arquipélago da Madeira; variedade madeirense do PE.

Abstract: This study proposes a reflection on the language/identity interface applied to the concept of "insularity" as a border area, which is hybrid by its nature, as part of an internal/external dynamic. It aims to observe how this configuration could be involved in the collective memory and in the social life of island societies, thus contributing to their identity construction, a dynamic process of the creation of a "self" in contrast with an "other". Language usage as a social practice is considered a key indicator in the affirmation of distinctiveness in a process of otherness.

Taking the island of Madeira in the Lusophone Atlantic as a reference, this study seeks to highlight some linguistic facts concerning

the spoken variety of European Portuguese (EP) on this island region, notably its syntactic nature, regarded as pronounced when compared with other continental varieties of EP. The mentioned regional specificities are analyzed from the perspective of their symbolic value, such as the degree of belonging to a region or their "madeirensidade", dealing in a complex asymmetric and discontinuous relation between periphery and an approach to the nation as a whole.

Keywords: insularity; criteria for regional identity; archipelago of Madeira; Madeiran variety of EP.

